

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA, DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA, REALIZADA NO DIA NOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO ÀS DEZOITO HORAS.

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezoito horas, sob a Presidência do Senhor Vereador **Renato Barrera Sobrinho**, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia, e presentes os demais membros da Mesa Diretora: Vice-Presidente, Vereador **Márcio Henrique Eiti Iquegami**; Primeiro Secretário, Vereador **Hélio Lisse Júnior**; Segundo Secretário, Vereador **Héilton de Souza**; e com as presenças dos Senhores Vereadores **Edna Marques da Silva**, **Fernando Roberto da Silva**, **Izabel Cristina Reale Thereza**, **José Roberto Pimenta**, **Leandro Marcelo dos Santos** e **Tarcísio Cândido de Aguiar** realizou-se a Centésima Décima Terceira Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa, Décima Oitava Legislatura da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia. Feita a chamada e, verificado haver número regimental, o Senhor Presidente, "Sob a Proteção de Deus", dá por iniciados os trabalhos, e solicita à Vereadora Edna Marques da Silva para que proceda a leitura de um trecho do Santo Evangelho. Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente solicita ao segundo secretário que proceda a leitura das Ementas dos Projetos constantes do expediente. **Projeto de Lei Complementar nº 355/2024**, avulso nº 95/2024, de autoria do Executivo, que autoriza o Poder Executivo Municipal a outorgar concessão de Direito Real de Uso de Hospital Público Municipal a ser construído em área urbana que especifica e dá outras providências. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça, Legislação e Redação e à Ordem do Dia. **Projeto de Lei Complementar nº 356/2024**, avulso nº 96/2024, de autoria do Executivo, que autoriza o Poder Executivo Municipal a outorgar concessão de Direito Real de Uso de área urbana que especifica e dá outras providências. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça, Legislação e Redação e à Ordem do Dia. **Projeto de Lei nº 6128/2024**,

avulso nº 91/2024, de autoria do Executivo, que estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Olímpia para o Exercício de 2025. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça, Legislação e Redação. **Projeto de Lei nº 6130/2024**, avulso nº 93/2024, de autoria do Executivo, que autoriza o Poder Executivo Municipal a adquirir bem imóvel através de desapropriação amigável e/ou judicial e dá outras providências. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça, Legislação e Redação. **Projeto de Lei nº 6131/2024**, avulso nº 94/2024, de autoria do Executivo, que autoriza o Município da Estância Turística de Olímpia/SP a receber, em doação, área descrita nesta Lei, da Matrícula nº 119.452, do CRI Local, e dá outras providências. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça, Legislação e Redação. Nos termos do Artigo 211 do Regimento Interno desta Edilidade o Senhor Presidente solicita ao Primeiro Secretário que proceda a leitura da **Moção nº 08/2024**, de autoria da Vereadora Izabel Cristina Reale Thereza, de Solidariedade aos produtores rurais e sitiantes que perderam propriedades, plantações e gado durante as queimadas ocorridas no mês de agosto de 2024. Nos termos regimentais a referida Moção é encaminhada à Ordem do Dia da próxima sessão ordinária, quando deverá ser apreciada em discussão e votação única. Prosseguindo os trabalhos, passa-se a leitura do resumo das **Requerimentos**. Nos termos do artigo 237, Inciso II, alínea i, do Regimento Interno, o Senhor Presidente solicita ao Primeiro Secretário que proceda à leitura do Resumo dos **Requerimentos** apresentadas salientando que as mesmas seriam encaminhadas aos setores competentes, para as providências cabíveis, pois já haviam sido deferidas pela Presidência: **412 e 418/2024**, de autoria do Vereador Hélio Lisse Júnior. **416/2024**, de autoria da Vereadora Edna Marques da Silva. Esgotados os Requerimentos, passa-se a leitura do resumo das Indicações. Nos termos do artigo 237, inciso III, alínea b, do Regimento Interno, o Senhor Presidente solicita ao Primeiro Secretário que proceda à leitura do Resumo das **Indicações** apresentadas salientando que as mesmas seriam encaminhadas aos setores competentes, para as providências cabíveis, pois já haviam sido deferidas pela Presidência: **1531, 1532, 1533, 1534, 1535,**

1536, 1548, 1549, 1550, 1551, 1558, 1559, 1560 e 1561/2024, de autoria do Vereador José Roberto Pimenta. 1537, 1538, 1539 e 1540/2024, de autoria do Vereador Hélio Lisse Júnior. 1541, 1542, 1543, 1544, 1545, 1546, 1547, 1585, 1586, 1587, 1588, 1589, 1590, 1591 e 1592/2024, de autoria do Vereador Renato Barrera Sobrinho. 1552, 1553, 1554, 1555, 1556 e 1557/2024, de autoria da Vereadora Izabel Cristina Reale Thereza. 1562, 1563, 1564, 1565, 1566, 1567, 1568, 1569, 1570, 1571, 1572, 1573 e 1574/2024, de autoria da Vereadora Edna Marques da Silva. 1575, 1576, 1577, 1578, 1579, 1580, 1581, 1582, 1583 e 1584/2024, de autoria do Vereador Héilton de Souza. Esgotadas as matérias constantes do Expediente, passe-se, a seguir, aos **minutos regimentais** a que têm direito os Senhores Edis para fazer uso da palavra. Usam da palavra os Vereadores:

Héilton de Souza: (sem revisão do orador: 18:06) "Boa noite a todos. Só para relembrar que ontem foi a final do Campeonato Amador da nossa cidade. Gostaria aqui de dar meus parabéns para a equipe da São José, que foi campeã mais uma vez do Campeonato Amador, e toda essa diretoria aí pela organização. Vou dar um abraço para o pessoal da São José. (Xampu) [00:07:33], o diretor, o presidente, o técnico, o morcego e todo o pessoal da diretoria. Com a galera toda da São José. Mais uma vez campeã do Campeonato Amador. Meus parabéns também para toda a família aí. Mais uma vez aí, aos torcedores fiéis da equipe da São José. As meninas que vestem a camisa, torcem, gritam. Faz barulho. E queria dar meus parabéns para todo mundo aí envolvido. Também queria dar meus parabéns para a equipe da Vila Raia aí que foi vice-campeã. Perdeu com um grande time. Há dois guerreiros lutando. Se duelando para ser campeão. Mas, infelizmente, um só vence. Queria dar um abraço para o amigo Willian, que foi técnico do Vila Raia. Infelizmente, perdeu o título com um grande time aí. Queria dar os parabéns a todos envolvidos. Mais uma vez, queria dar os parabéns para a Secretaria do Esporte, que hoje está o nosso amigo Robertinho que faz um excelente trabalho, depois que assumiu o lugar do Fernandinho. Eu falo e repito que, todos os anos que eu vejo futebol, acho que foi um dos melhores secretários do esporte que passou lá. Uma boa noite a todos, e fiquem com Deus." **Leandro Marcelo dos Santos:** (sem

revisão do orador: 18:09) "Boa noite ao plenário, boa noite aos novos colegas, aos funcionários desta casa. Em nome do Ricardo da Gama, desejo boa noite a todos, presente. Hoje é um dia muito feliz. Está entrando nesta casa em primeira votação a Utilidade Pública, a Associação Amor Autista Déficit Neuro Atípicos, a AADN. É um momento muito feliz. Onde eu queria deixar uma mensagem que, exatamente em abril de 2022, Cíntia fez uma nota de repúdio na rede social, onde tinha várias mães passando pelo mesmo problema. Se juntaram e fizeram um grupo de WhatsApp. Em julho, com a ajuda minha e de vários vereadores conseguiu formalizar a AADN, Associação Amor Autista da nossa cidade. E no ano de 2024, com imenso prazer venho nesta tribuna para dar mais um passo junto às famílias atípicas. Quando a gente solicitou essa utilidade, na verdade a gente tomou muita paulada. A Cíntia sabe, está aí com as mães. A gente está preparado para apanhar. Eu acho que quem não quer apanhar fica em casa quietinho, que aí não sofre perseguição. E eu venho falando com a Cíntia há anos, quando eu entrei na Casa de Leis aqui, que a nossa vontade é declarar a utilidade do município. Por quê? Porque a partir do ano que vem, a Associação começa a receber ajuda do município. E isso, na verdade, esse governo nunca teve olhos para a entidade. Inclusive, nosso amigo Márcio com a sua família Iquegami, tem estendido muito a mão também para ajudar a associação. E a gente acaba escutando tanta coisa em Facebook de gente que nunca moveu uma palha para ajudar a ONG, a AADN. E teve a última caminhada desse ano, a Cíntia me ligou umas cinco da tarde, cinco e meia, que não tinha carro de som. A prefeitura não cedeu nem carro de som. E nós ligamos para o Márcio Iquegami com a sua família, e de pronto atendimento, no outro dia, sábado de manhã, o carro do mercado Iquegami estava lá para ajudar. Então as pessoas deveriam medir a palavra para atacar quem ajuda. Porque faz dois anos que nós estamos fazendo o Carte-terapia e ajudando na medida do possível. Só que nós não gostamos de tirar foto, de se aparecer. A gente faz porque as famílias atípicas precisam. Então, acho que eu posso contar com os votos dos nobres pais dessa casa que é a primeira votação. E com certeza, na próxima sessão... Com certeza na próxima sessão, a gente vai votar em

segunda e redação final. E a AADN começa a criar agora uma identidade, ela começa a andar de verdade. Então assim, quem não quer ajudar não atrapalha. Porque a gente nunca se preocupou só em política. Porque as famílias que estão aí precisam de ajuda. Então, a gente está para ajudar e tenho certeza que essa utilidade veio para ajudar. E quero agradecer a quem veio presente, as famílias. Obrigado pela presença. Pode contar comigo. Meu couro das costas é bem firme para aguentar pancada. Se nem Jesus agradou todo mundo, imagina eu que sou do avesso vou agradar todo mundo. Porque você escuta de tudo nessa cidade, mas ninguém move uma palha para ajudar. Boa noite a todos e obrigado.” **Márcio Henrique Eiti Iquegami:** (sem revisão do orador: 18:14) “Boa noite a todos. Em nome do meu amigo Marcelo da Branca, vou comentar os novos pares. O pessoal que nos veio aqui no plenário e aqueles que nos ouvem pelas redes sociais. Marcelo, parabéns pela sua posição pela sua disposição em ajudar a AADN. É um assunto delicado, precisa-se de muita ajuda, e tornou-se um assunto em moda. Está sempre todo mundo discutindo, todo mundo aparece e quer ser o grande benfeitor. Mas a gente ajuda de coração, a gente não ajuda porque quer alguma coisa em troca. Parabéns, Cíntia. Em seu nome, cumprimento todas as mães da Associação. É um passo. É uma longa caminhada. Vai dar tudo certo. Tenho certeza de que nós aqui na Câmara vamos todos votar favorável. Porque, independente de quem faça a proposição, a ideia é de todos, a gente precisa ajudar. Não tem que ficar brigando pra isso ou pra aquilo, porque quem fez é indicação. Eu acho que todo mundo trabalhando junto, nós vamos chegar muito, muito mais longe. Aproveitando o assunto de hospital, vai-se conceder uma coisa que não existe hoje, eu acho que deveria haver discussão. Levo isso a todos vocês. Eu já falo disso há muito tempo, desde quando começou a se aventar. Nós vamos construir um esqueleto. Quem sabe, nós vamos ficar com um elefante branco na mão. A situação é complicada. 40 milhões pra construir o hospital e 1 pra equipar esse hospital. Pra manter esse hospital. Todo mundo sabe que o dinheiro que vem do SUS não é suficiente. Se já dá prejuízo com 80, com 180 vai ser 120% prejuízo. Então, chamo todos a pensar a sua consciência. Eu sou a favor de fazer uma ampliação

do hospital. Porque a abertura dos novos serviços, como a hemodiálise e a sala de trauma, ocupou a enfermaria masculina e feminina da Santa Casa sem ser repostado no local. Então, construir, gastar 40 milhões e soltar uma bomba na mão tanto do Poder Público Municipal quanto da Santa Casa, eu acho que tem que pensar. Não é medida eleitoreira que vai se resolver. Então, vamos todo mundo pôr a mão na consciência e vamos analisar. Cadê o estudo que falta 100 leitos na cidade de Olímpia? Se a gente pegar a média da OMS não vai precisar de 100 leitos. Então, vamos tocar e vamos pensar com números racionais. Não com medida eleitoreira, promessa de campanha para fazer conchavos. Fica a minha dica. Obrigado.”

Tarcísio Cândido de Aguiar: (sem revisão do orador: 18:17) “Boa noite a todos. Primeiramente, gostaria de parabenizar a... Boa noite a todos. Teve um probleminha aqui no som, mas já foi resolvido pela equipe aí. Gostaria primeiramente de parabenizar a todos do Abrigo São José, que fizeram aquela bela costelada solidária, agora no último final de semana. Foi uma bênção, e com certeza ajuda muito lá na manutenção do Abrigo São José. Vou agradecer em nome do meu amigo do Baga, né? Que é uma pessoa que está sempre aí disposta a fazer o melhor lá pelo abrigo. E todos que colaboraram. Não poderia me omitir de ver esse projeto aqui, o 355, que fala da concessão de um hospital municipal. Um hospital que está concebendo algo que não existe. Fernandinho, você é da base do prefeito, Cristina Reale, Zé Cocão, Edna, Barreira, Hélio Lisse, Lourão. Por favor, pessoal, coloquem a mão na consciência. Artigo 5º. Correrão por conta do município, da Estância Turística de Olímpia, todas as despesas com a construção do hospital municipal, e execução da presente lei na forma interna, administrativa e registral. Todos os ônus para o município de Olímpia, e nós vamos conceder para uma instituição que não consegue, hoje, ficar em pé. É isso que a gente quer? Pelo amor de Deus. Que o prefeito Fernando Cunha está exagerando nos gastos, inclusive já foi apontado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que ele gastou 90 milhões a mais do que ele arrecadou. Tudo bem. Agora, que essa Casa de Leis vai fazer essa loucura. É urgência? Por que é um período eleitoral? Quer fazer uma campanha

eleitoral em cima do dinheiro do contribuinte, do povo de Olímpia. Eu acho já um exagero. Nós vamos conceder algo que não é... A gente vai conceder o quê? Um terreno e todo o custo que não se sabe de fato quanto vai ser o município de Olímpia. Nós estamos falando aqui que tudo vai ser do município. Se o ano que vem acontece igual na época da pandemia, o cimento dobra, o ferro dobra, tudo dobra de preço. Isso aqui sai de 40 para 70 milhões de reais. E o município é obrigado a construir? Que falta de responsabilidade, Prefeito Fernando Cunha. O senhor, infelizmente, está nesse último período aqui do seu governo, como já falei diversas vezes aqui, perdeu a mão e parece que perdeu a consciência de todo o trabalho que o senhor realizou e que o senhor se falava um grande gestor e que nós replicávamos aqui. Meus amigos Vereadores, se o prefeito não está tendo consciência, pelo menos que essa casa de leis, não vote isso aqui em urgência. Que coloque isso na pauta, e vamos estudar com os vereadores. Por favor." Não havendo mais oradores nos três minutos regimentais, passa-se ao tempo das **Lideranças**. Usa da palavra o Vereador: **Tarcísio Cândido de Aguiar:** (sem revisão do orador: 18:23) "Boa noite a todos. Volto aqui no tempo da liderança do PL, do Partido Liberal. Nós somos um partido de direita, e nós acreditamos sim, em concessão. Mas desde que essa concessão tenha todo o regulamento pronto, preparado, quanto vai custar, quais são os benefícios que trarão para a população. E aqui nós temos nada. Cinco, seis, sete artigos que não falam nada e que, fazem com que o município de Olímpia, tenha que pagar todos os custos. Está escrito aqui, artigo 5º. Todas as despesas com a construção de um hospital público municipal. Aí o que acontece, pessoal, vai lá, faz uma escavação, o terreno não é o melhor do mundo, tem algum problema lá na fundação, isso aqui sai de 40 para 50, 60, 70 milhões de reais. E é você, contribuinte de Olímpia, que vai pagar pela irresponsabilidade de um prefeito que, no final do seu mandato, não tem a dignidade de sair com a cabeça levantada. Quer fazer essas patifarias aqui na prefeitura de Olímpia, querendo conceder um hospital que não existe. Onde já se viu isso? E a lei não fala nada. Sete artigos que não falam nada, a não ser que o olimpiense vai pagar a conta. É isso que você quer? É isso que

esses vereadores de Olímpia vão aprovar? É isso que a nossa Casa de Leis vai aprovar? Eu sou contra. Sem debate, sem discussão, sem que a população de Olímpia entenda o que está acontecendo aqui nessa concessão para a Santa Casa. Que, como disse aqui outro Vereador, Doutor Márcio, não está conseguindo sequer se manter em pé com 80 leitos que nós temos. Imagina só, com quase 200. É isso que a população de Olímpia quer? Que a gente entre nessa furada, porque aqui não é ser campanha, estar fora de campanha. O que é? Aqui é o Vereador Sargento Tarcísio que está sempre tentando trazer a maior transparência, e tudo que tem de melhor para a população de Olímpia. Não é em campanha. Eu gostaria mesmo que todo ano fosse eleitoral, porque vocês viram como é que saiu obra esse ano, mas não é isso que a gente vê. A gente vê aqui uma proposta que nem essa, uma proposta vexatória que você concede algo que nem existe, e coloca a conta nas costas da população de Olímpia, sem nenhuma explicação. Essa lei aqui, deveríamos ter vergonha de receber isso e colocar em pauta. Senhores Edis, meus amigos Vereadores, é isso mesmo que a gente vai aprovar nessa Casa de Leis? Sem um estudo prévio. Eu falei na rádio esses dias. Presidente, me dá mais 10 segundos, por favor? Fui a rádio Espaço Livre, fui cerceado de sair ao vivo lá no Instagram deles, mas eu disse lá que não sou contra o Hospital Novo em Olímpia, mas sou contra o cheque em branco. Se a gente não conhece o projeto, se o Vereador, eu, Vereador, fiscal do povo, não conhece o projeto, imagina vocês, esse cheque em branco eu não assino para ninguém. Prefeito Fernando Cunha, mande uma lei robusta, uma lei que possa embasar o vereador de votar sim com vocês.” Não havendo mais oradores ao tempo da **Liderança**, passa-se ao tempo do **Líder do Prefeito**. Usa da palavra o Vereador: **Hélio Lisse Júnior**: (sem revisão do orador: 18:26) “Boa noite a todos e a todas. Sempre bom ver a plateia, uma presença significativa. Gostaria de cumprimentar os internautas, as pessoas que nos acompanham diretamente dessa casa legislativa. Eu vou tecer alguns comentários a respeito desse, importantíssimo, projeto que nós, Vereadores, que somos responsáveis sim, temos a incumbência de aprová-lo. Só fazendo uma lembrança ou relembando, o dinheiro para a construção do referido hospital ou ampliação da Santa Casa,

como possa-se dizer, está em caixa, ele está assegurado. Agora, se acontecer alguma intempérie, surgir algo inesperado, é tudo fora do contexto, e também sem previsibilidade. Outra coisa que aconteceu há pouco tempo atrás aqui nessa Câmara, para que nós pudéssemos dar segurança jurídica aos Presidentes do Abrigo São José, nós também tivemos que aprovar aquela tramitação do terreno, tudo isso, para oferecer segurança jurídica, a quem? A diretoria daquela instituição. Zé, hoje é a mesma coisa, a diretoria da Santa Casa, se reuniu em Assembleia e necessita dessa aprovação da concessão futura. Mesmo porque, Marcelo, o município não tem... Eu vou encerrar... A capacidade, vamos dizer assim, de tocar um hospital, não tem toda essa qualificação, e a Santa Casa tem a expertise, por isso, então, levanta-se o hospital e entrega-se para quem sabe administrar. Essa é a segurança... Vou encerrar... Que nós... Município e vereadores, vamos estar dando a direção daquele hospital. Muito obrigado.” Não havendo mais oradores ao tempo do Líder do Prefeito, o Senhor Presidente registra e agradece a presença de todas as pessoas presentes na Sessão. A seguir, não havendo mais oradores inscritos aos três minutos regimentais às Lideranças, nos termos regimentais, é feita a chamada e, verificado haver número regimental, tem início a **ORDEM DO DIA**. Dando sequência aos trabalhos, é lido, pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Requerimento nº 419/2024**, que requer **urgência** para a discussão e votação de primeiro turno do **Projeto de Lei Complementar nº 355/2024**, Avulso nº 95/2024, de autoria do Executivo, que autoriza o Poder Executivo Municipal a outorgar concessão de Direito Real de Uso de Hospital Municipal a ser construído em área urbana que especifica e dá outras providências. Com a palavra, o Senhor Presidente informa que o Projeto necessita do voto favorável de dois terços dos Membros da Câmara, nos termos do inciso VII, do artigo 200, do Regimento Interno, para sua aprovação, ou seja, 07 (sete) votos. Ainda com a palavra, o Senhor Presidente informa que de acordo com o artigo 18, inciso I, alínea e, item 2, do Regimento Interno, o presidente tem direito a voto. O Requerimento é colocado em **discussão**. Usam da palavra os Vereadores: **Edna Marques da Silva**: (sem revisão do orador: 18:34) “Senhor

Presidente, o líder do Prefeito explicou muito bem pra nós, em relação a outorga da concessão do direito real do hospital. O Vereador Sargento Tarcísio levantou algumas... Suscitou algumas dúvidas. Eu gostaria que o líder do Prefeito pudesse explanar, em relação à urgência, em relação ao objeto que o senhor já falou. Mas qual é a urgência para não pairar que nós estamos irresponsavelmente votando? E se nós tivermos alguma dúvida, para que a gente possa também verificar.” **Tarcísio Cândido de Aguiar:** (sem revisão do orador: 18:34) “Solicito também, igual a Edna faz, ao líder do Prefeito, para retirar essa urgência. Não vejo um mínimo de cabimento. Faz oito anos que tem esse governo. No último, aí, no frigir dos ovos, nos últimos dias do governo, põe um negócio de urgência, para que a gente não tenha condições de ler o projeto. Que a gente não saiba custo, a gente não sabe como vai ser operacionalizado. Qual que é essa autoria de fato com a Santa Casa. Eu entendi que o senhor falou, líder do governo, que o pessoal da Santa Casa se reuniu, o Conselho se reuniu. E aí? E o povo? O Conselho da Santa Casa pode se reunir todo dia. E o povo de Olímpia? Será que o Conselho é mais importante que o povo? Porque o dinheiro que vai ser empregado lá é do povo. E não é brincadeira. Você, no final do mandato, queria fazer uma concessão de um serviço público, que é de saúde, que a gente tem tanta carência nesse município. É uma vergonha. Devemos tirar essa urgência daqui para a gente estudar esse projeto. Todo mundo, você sai na rua aí, todo mundo reclamando de saúde na cidade de Olímpia, e a gente vai fazer essa patifaria com a população. Vamos estudar o projeto. Não sou contra projeto nenhum de saúde. Sou a favor. Mas tem que estudar. Vamos esclarecer as dúvidas.” **Márcio Henrique Eiti Iquegami:** (sem revisão do orador: 18:36) “Eu gostaria de lembrar a vocês, meus nobres pares, que o negócio começou antes. Para esse negócio ser efetivado, a prefeitura tem que construir o abrigo no mesmo prazo, de dois por dois. Dois anos prorrogáveis por mais dois anos, senão o negócio volta para trás. Eu não vi a licitação do abrigo, eu vi a licitação do hospital. Então, eu acho que a responsabilidade da prefeitura... Viu, Hélio? O senhor que é o representante do governo aqui, o nosso líder, deveria falar isso. Cadê o projeto, cadê a

licitação do abrigo? Porque se o abrigo não for construído, você vai dar um imbróglio jurídico que não tem tamanho. Com o aval de toda a Câmara Municipal de Olímpia. Pensem nisso. Pensem na real necessidade de construir um hospital com quatro, cinco... A primeira planta tinha 10 mil metros, aquela que foi feita lá com televisão, o diabo a quatro, e aí reduziram pela metade. Porque viu que o negócio faraônico era fora da realidade mesmo. E agora tem outra coisa que eu acredito que não seja para a realidade de Olímpia. Para o bom uso do dinheiro público. Então, volta para trás. Se não construir o abrigo, nada está valendo. Nada está valendo. Uma coisa está amarrada à outra. É necessário construir o abrigo, o novo abrigo São José, para poder consolidar a permuta, a troca que nós autorizamos aqui. Olha a responsabilidade de vocês. Eu não vou dormir com isso na minha consciência. Eu não vou. Gostaria muito que o senhor retirasse a urgência e levasse essa discussão lá no Executivo. Obrigado.” **Tarcísio Cândido de Aguiar:** (sem revisão do orador: 18:36) “Eu vou além, viu? Eu vou além. Eu solicito que tire a urgência e tire essa vergonha aqui de pauta. Porque foi muito bem explicado. Se não constrói o abrigo que vai aí três, até quatro anos para construir, a gente vai para o hospital onde? Em cima do abrigo antigo? Pelo amor de Deus, gente. Pelo amor de Deus. O Doutor Hélio Lisse Júnior, senhor que é o líder do prefeito. Vamos ter pelo menos consciência que o final do mandato não seja imaculado com essa patifaria, com essa vergonha. Sou a favor de ampliação do hospital, novo hospital em Olímpia, sou a favor, mas não sou a favor de fazer esse jogo eleitoreiro aqui, que põe em risco o dinheiro do olimpiense e que coloca em risco a construção de fato do hospital na nossa cidade.” **Márcio Henrique Eiti Iquegami:** (sem revisão do orador: 18:39) “Nós temos aqui na gestão, vários exemplos de que a licitação não é garantia de construção para cumprir o prazo. E nós temos que tomar cuidado com isso. Nós temos várias obras que foram paralisadas por ineficiência da empresa que ganhou a licitação. Ela toca, enrola, empurra para frente e vai embora. Então, nós temos prazo. Isso está em contrato. Então, pensa nisso, gente. Pensa nisso.” **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 18:39) “Tentar esclarecer

algumas dúvidas. Primeiramente, nós vamos votar esse projeto em duas sessões. Hoje ele não será votado e concluído. Então, há tempo suficiente para se apresentar a emenda. Nós apenas deixamos de colocar na deliberação e vamos entrar na primeira discussão. Dois, a Edna pediu para que eu falasse a respeito da necessidade da urgência. A urgência se faz necessária justamente para a conclusão da licitação e também que foi nos passados para que, a diretoria da Santa Casa, tivesse também essa confirmação jurídica. Então, o Márcio citou a licitação do Abrigo São José que está também nos mesmos parâmetros para eclodir a qualquer momento. Na vida pública, tudo é demorado. E, considerando o andamento favorável, Edna, da licitação, é que a gente vai aprovar essa questão. A história da Santa Casa, só para lembrar o pessoal da plateia, eu, como vereador, não sei aonde..." **Tarcísio Cândido de Aguiar:** (sem revisão do orador: 18:41) "Presidente, pela ordem, é o requerimento, não tem história da Santa Casa. É o requerimento. É urgência ou não é urgência?" **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 18:41) "Então, o requerimento de urgência é isso que eu falei, isso que foi passado, que nós precisamos concluir. Sim, o Márcio disse que a licitação não significa construção, mas, infelizmente, é o primeiro passo que a gente tem que fazer. Pelo sim ou pelo não, tem que se passar pela licitação. Não existe outra forma a não ser essa." **Tarcísio Cândido de Aguiar:** (sem revisão do orador: 18:42) "Como a gente está falando de urgência aqui, eu não acredito que exista nenhuma urgência nesse projeto. Ele pode muito bem ser deliberado hoje, pode muito bem ser apresentado os números, os cálculos, e como é que você vai fazer emenda numa lei que tem sete artigos que não fala nada? Como é que faz emenda nisso aqui? Me explica. Se os vereadores conseguirem me explicar como é que faz emenda nisso aqui, eu gostaria muito bem de aprender. A emenda, a única coisa que você pode fazer é no custo. Aqui não falou nada de custo. Não falou como vai ser a concessão. Então, eu acho que é inócuo e desnecessário essa urgência hoje. Precisamos de esclarecimentos." Com a palavra, o Senhor Presidente: **Renato Barrera Sobrinho:** (sem revisão do orador: 18:42) "Nobre Vereador, só para conhecimento sobre a discussão desse requerimento, o tempo

do senhor já se esgotou. Ainda em discussão. Partindo pelo bom princípio desta casa, vou suspender a sessão por cinco minutos para que haja um consenso entre os Vereadores aqui e nós retornamos.” A sessão é suspensa. Os trabalhos são reabertos. Não havendo mais oradores, o Requerimento é colocado em **votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por 06 (seis) votos favoráveis e 03 (três) votos contrários dos Edis presentes. Votaram contrário os Vereadores Leandro Marcelo dos Santos, Márcio Henrique Eiti Iquegami e Tarcísio Cândido de Aguiar. Prosseguindo com a tramitação, aprovada a urgência e com o Parecer verbal da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, favorável à livre tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 355/2024, o Senhor Presidente o coloca em **primeira discussão**. Usam da palavra os Vereadores: **Edna Marques da Silva**: (sem revisão do orador: 18:44) “Presidente, considerando toda a discussão em relação à urgência desse projeto, e também, considerando que nós estamos votando só em primeira discussão, que ele volta na próxima sessão, em segunda discussão, onde nós teremos tempo ainda de apresentar emendas, de pedir listas.” **Renato Barrera Sobrinho**: (sem revisão do orador: 18:44) “Quinze dias até a próxima sessão.” **Edna Marques da Silva**: (sem revisão do orador: 18:44) “De pedir listas. Considerando isso e em respeito também, para que a Prefeitura se puder mandar mais alguma informação sobre o projeto, nós optamos por votar pela urgência, na primeira discussão, mas que ele seja retomado nesses próximos quinze dias, quem sabe até com pedido de vista, para que ele possa ser melhor estudado.” **Tarcísio Cândido de Aguiar**: (sem revisão do orador: 18:45) “Ô vereadora Edna, a senhora falou aí, acho que é importante, a senhora falou que a Prefeitura mande, pelo menos para a gente, um estudo de custo, de viabilidade, a planta, para que essa Casa de Leis tenha o mínimo de condições de votar isso aqui. Porque essa urgência é desnecessária. Sabe por que está vindo com urgência? Porque é sempre no atropelo. Não, eu estou falando de urgência e não precisa ter urgência. Estou falando isso. O projeto não precisa de urgência. Está vindo um afogadilho, porque já foi lançada a licitação antes do projeto chegar na Casa. Olha como nós estamos nessa cidade. A licitação saiu no Diário Oficial

já. Então, aqui a Casa de Leis, agora eles têm obrigação com o prefeito, não com o povo, com o prefeito, de fazer isso aqui passar. Em primeira e segunda, porque já foi publicada a licitação disso aqui. Olha como nós estamos nessa Casa de Leis. De joelhos para o executivo, que está no período eleitoral, que quer ganhar voto. Não quer fazer o melhor, não quer mostrar o estudo. Cadê o estudo do que precisa de 100 leitos? Cadê o estudo de quanto você vai gastar? Cadê o estudo da viabilidade? Nós estamos numa Santa Casa que dá prejuízo mensal milionário. Cadê? Então, Edna, a responsabilidade dos vereadores estar votando isso aqui no afogadilho, ela é gigante. E essa publicação, ter saído a publicação da licitação antes do projeto passar na Casa de Leis, isso já é uma vergonha para essa Casa. E a gente aceitar? Eu não aceito. Por quê? Eu não tenho rabo preso com ninguém. Eu tenho rabo preso? É com o povo. É com o povo que eu devo satisfação. Não é com o prefeito, não. O prefeito está fazendo algo, no meu ponto de vista, nesse projeto aqui, errado. Que coisa é essa? Você está concessionando algo que nem existe. Você está concessionando para o olimpiense pagar a conta. E que conta é essa? Quanto custa? Onde está o custo disso aqui? Uma vergonha. Senhor Prefeito Fernando Cunha, uma vergonha que você está fazendo com a população de Olímpia, concessionando algo que não existe, e uma licitação que já foi publicada. Agora, a gente tem que passar isso aqui? De urgência? O que é isso? E os Vereadores estão fazendo isso? É uma vergonha, porque o povo não sabe nada. Aqui eu fiscalizo e represento a população. Não é o senhor, não. E o senhor está fazendo errado, Prefeito. Isso aqui é uma vergonha. Só tenho sete artigos, e o único que fala alguma coisa é que o povo de Olímpia vai pagar toda a conta.” **Márcio Henrique Eiti Iquegami:** (sem revisão do orador: 18:48) “Nós temos a planta aqui, Tarcísio, ela tem dois pavimentos que vão totalizar algo em torno de 5.250 metros quadrados de área construída. E nós precisamos saber o custo, não é? Se tem a planta, tem tudo, tem o custo, não é? As palavras do Hélio não fazem muito sentido, porque não foi apresentada a licitação, não tem o edital de abertura da licitação do Abrigo São José, não tem a planta, que é de interesse público. Para a

construção do hospital, foram feitos dois lançamentos. O primeiro tinha o dobro da área. Aí eles recuaram. Todo mundo sabe, muita gente estava aqui. Foi televisão, era 10 mil metros quadrados. Nós vamos fazer um puta de um hospital aqui. Melhor hospital. Mas para quê? Eu vou falar para vocês. Quanto vocês acham que vai gastar para equipar esse hospital? Já que vocês estão falando da saúde financeira da Santa Casa. Aqui é construção, é alvenaria, é cimento, é ferro, é tijolo, é drywall. E quem vai equipar esse hospital? Com que dinheiro? Com que dinheiro? O hospital da Zona Norte de São José do Rio Preto já está em 90 milhões de reais. É um hospital de 4.300 metros. Está em funcionamento e está gastando dinheiro ainda. Rio Preto tem 550 mil habitantes. É 10 vezes maior que a cidade Olímpia. Construiu um hospital menor do que o nosso. Põe a mão na consciência, gente. Põe a mão na consciência. Nada de coisa faraônica, nada de promessa. Porque eu sou nervosinho, vou bater o pezinho e vou andar. Então, pensa nisso. É só uma comparação. Foi construído o hospital da Zona Norte, o hospital municipal em São José do Rio Preto. É menor do que o nosso, quase mil metros a menos. 20% menor do que o nosso. Lá tem de uma região de 550 mil habitantes. Nós temos 57 mil pelo censo. E aí?"

Edna Marques da Silva: (sem revisão do orador: 18:50) "Presidente, como o Tarcísio citou o meu nome, que eu pedi a prefeitura que encaminhasse alguns esclarecimentos. Eu continuo pedindo para o Tarcísio. Nós temos 15 dias, a prefeitura tem 15 dias para encaminhar os esclarecimentos necessários. E nós temos mais a segunda sessão. Se não tivermos totalmente esclarecido, nós podemos pedir vista, sim. Nós podemos rejeitar o projeto, sim. Como o próprio Vereador Hélio explicou, como líder do prefeito, que essa urgência é para poder andar paralelo a licitação. Não seremos nós que deixaremos de... O hospital seja construído. Mas se não chegar à documentação necessária para que nós tenhamos claramente o que está acontecendo, eu não tenho dúvida nenhuma e nenhum problema em votar contra. Muito menos em pedir vistas. E também, que eu não tenho rabo preso com ninguém."

Márcio Henrique Eiti Iquegami: (sem revisão do orador: 18:51) "Só para deixar bem claro, eu não sou contra... Eu não sou contra a construção do

hospital. A maneira que você está fazendo, a atabalhoada, como tudo se faz na atual gestão, é complicada. Vamos estudar, vamos ver a ampliação do hospital. Porque você vai criar um novo hospital, você vai criar um novo CNPJ. Você não vai ser um anexo da Santa Casa. Você vai ter um novo hospital. Esse hospital tem que ser transformado em hospital filantrópico. Ele não vai poder ser encampado da maneira que todo mundo está falando, não é uma coisa tão simples. É aí que a gente tem que pensar nisso. Vamos ampliar o hospital, vamos aumentar o centro cirúrgico, vamos aumentar as enfermarias do SUS, que é para isso que o dinheiro público está.” **José Roberto Pimenta:** (sem revisão do orador: 18:52) “Nesta mesma seara que nós estamos discutindo esse projeto, somos favoráveis à construção de um novo hospital, mas, se tiver alguma irregularidade, se for demonstrado alguma irregularidade, Com certeza, a Casa de Leis, nós vereadores, vamos analisar e ver o que é melhor para os municípios. Então, estamos aí hoje votando em primeira. Votou urgência. Mas depois tem dias para que a gente possa estar seguro também do que nós vamos votar. Igual a Edna mencionou, que a gente possa estar seguro. Se tiver aqui alguma insegurança, com certeza, nós também não votaremos. Mas, desde que seja seguro, com tudo o que foi levantado hoje, para a gente sempre pensar no melhor para a população.” Não havendo mais oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por 07 (sete) votos favoráveis e 03 (três) votos contrários dos Edis presentes. Votaram contrário os Vereadores Leandro Marcelo dos Santos, Márcio Henrique Eiti Iquegami e Tarcísio Cândido de Aguiar. Usa da palavra o Senhor Presidente para esclarecer que o Projeto retornará a pauta da próxima Sessão Ordinária quando o projeto será apreciado em segundo turno. Dando sequência aos trabalhos, é lido, pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Requerimento nº 420/2024**, que requer **urgência** para a discussão e votação do **Projeto de Lei Complementar nº 356/2024**, Avulso nº 96/2024, de autoria do Executivo, que autoriza o Poder Executivo Municipal a outorgar concessão de Direito Real de Uso de área urbana que especifica e dá outras providências. O Requerimento é colocado em **discussão**. Usam da palavra os Vereadores: **Tarcísio**

Cândido de Aguiar: (sem revisão do orador: 18:55) "Hélio, você que é o líder do prefeito, se pudesse clarecer para a gente a necessidade dessa urgência, porque como a gente não faz parte da bancada do governo, a gente não fica sabendo nada. Estou vendo que é um terreno da Mitra, de Ocesana, de Barretos, mas o que vai ser construído aí e qual, por que existe a necessidade de urgência em um projeto onde o município vai fazer uma concessão real de uso da área urbana da igreja?"

Hélio Lisse Júnior: (sem revisão do orador: 18:56) "Esse projeto de lei, Vereador Tarcísio, ele autoriza o Poder Executivo a outorgar concessão de direito real, uso de área urbana que especifica. O que é essa concessão? É relativo ao objeto da matrícula 51602. É aquilo que eu mencionei para o senhor que foi objeto de cláusula documental na escritura, onde havia a necessidade de se fazer esse projeto de lei de concessão. Porque nós estamos envolvendo aqui, duas situações que o Vereador Márcio já levantou. O abrigo, também, abriu mão de imóvel para essa transação e a Santa Casa, o município, ao receber esse imóvel, se compromete a fazer essa sessão. Então, aqui, especificamente, nesse projeto, que são dois, com o mesmo teor e com o mesmo objetivo legislativo, é relação a isso."

Tarcísio Cândido de Aguiar: (sem revisão do orador: 18:57) "É que assim, eu não estou entendendo. Essa área que nós estamos falando aqui dessa concessão, é a área do abrigo, não é a área do estacionamento."

Hélio Lisse Júnior: (sem revisão do orador: 18:57) "Olha, Tarcísio, só se eu ler a descrição aqui..."

Tarcísio Cândido de Aguiar: (sem revisão do orador: 18:57) "Não, não. É a área do abrigo e não a do estacionamento. Então, o que foi falado aqui por vocês, é que a área do abrigo seria o estacionamento depois do hospital. E nós estamos fazendo essa concessão aqui... A Diocese. Por que que a gente está fazendo também..."

Renato Barrera Sobrinho: (sem revisão do orador: 18:58) "É que o senhor falou do estacionamento da Santa Casa."

Tarcísio Cândido de Aguiar: (sem revisão do orador: 18:58) "Não, é que falaram... O Fernandinho me falou que o do abrigo hoje vai ser o estacionamento do próximo hospital novo."

Hélio Lisse Júnior: (sem revisão do orador: 18:58) "Como é uma questão de imóvel, eu acho que se eu ler a descrição inicial,

para onde ele faz frente, eu acabo resolvendo essa questão. Tem início no ponto A, confluência, vai vindo, Rua Bernadinho de Campos com a Rua Coronel José Medeiros. É esse o imóvel.” **Tarcísio**

Cândido de Aguiar: (sem revisão do orador: 18:58) “Vai estar doando o quê?” **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 18:58) “É

para frente desse Logradouro.” Não havendo mais oradores, o Requerimento é colocado em **votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. Prosseguindo com a tramitação, com a palavra o Senhor Presidente informa que será apreciada em primeiro turno o **Projeto de Lei Complementar nº 356/2024**.

Esclarece ainda que o projeto necessita, para sua aprovação, do voto favorável de dois terços dos Membros da Câmara, nos termos do inciso VII, do artigo 200, do Regimento Interno, ou seja, 07 (sete) votos dos Edis presentes. Prosseguindo com a tramitação, aprovada a urgência e com o Parecer verbal da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, favorável à livre tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 356/2024, o Senhor Presidente o coloca em **primeira discussão**. Usam da palavra os Vereadores: **Edna Marques da Silva:**

(sem revisão do orador: 18:59) “Senhor presidente, esse projeto teve uma confusão em relação à área. Essa área é aquela próxima à igreja Nossa Senhora Aparecida, ali o santuário. A continuação fica no fundo do museu, e ela já está sendo utilizada pelo santuário, pela paróquia, como estacionamento ali. Ela só vai passar a outorga de uso real, para que eles possam utilizar, fazer ali algumas melhorias, mas ele continua sendo do município.”

Renato Barrera Sobrinho: (sem revisão do orador: 19:00) “E toda a melhoria que tiver feita pela diocese, se futuramente retornar, fica para o município.” **Edna Marques da Silva:** (sem revisão do

orador: 19:00) “Isso, mas é uma área que já é utilizada ali no fundo do museu, que já é utilizada ali pela paróquia, pelo santuário, então não tem nenhuma dificuldade. E a urgência, o questionamento da urgência, é que se tratando do mês de outubro, no dia 12, o dia da Nossa Senhora, o santuário vai receber algumas visitas, inclusive autoridades, que vai fazer o recebimento oficial dessa área.” **Tarcísio Cândido de Aguiar:** (sem revisão do orador: 19:00) “De fato, a igreja já usa a área, então não vejo

lógica nenhuma nessa urgência. Se eles não estivessem usando, não muda nada para mim, com urgência, sem urgência, mas eu acho que desnecessário essa urgência, porque a igreja já usa, na verdade, colocaram duas urgências aqui, para poder, a urgência do hospital não vir sozinha, né? É, é que aqui só tem bobo, o resto é tudo inteligente. Então tem duas urgências aqui para não vir sozinha, imagina só a do hospital, né? Então, desnecessário essa urgência, já passou, vai votar aí, mas eles já estão usando, de fato, há muito tempo, agora só vai ser de direito para eles.” **Izabel**

Cristina Reale Thereza: (sem revisão do orador: 19:01) “Eu só quero dizer assim, né, o santuário, depois que passou de paróquia para santuário, tem uma dimensão muito grande, né, são muitos romeiros, muitas visitas ao local, e a necessidade de ampliar o espaço, com esta concessão, consegue fazer essa organização para atender as pessoas que vêm até a Olímpia. Com a lojinha, sanitários mais adequados, estacionamento, com tudo aquilo que possa contribuir para quando o romeiro vem, para pagar suas promessas e fazer toda a sua oração junto à Nossa Senhora, para que tenha um espaço adequado para isso. Então, assim, eu fico muito feliz de ver essa concessão, para poder fazer essa formalização, né? A gente está formalizando uma ação que já deu um certo andamento, para que se conclua, como a Edna já colocou, até 12 de outubro, que é o dia da padroeira da Nossa Senhora Aparecida, para que já esteja tudo dentro... Até porque nós temos poucas sessões até lá, né? Então já fica formalizado e fica sacramentado essa parte que já foi feita.”

Hélio Lisse Júnior: (sem revisão do orador: 19:02) “Tarcísio, então está bem entendida a área, é aquele canto fundo do nosso Museu de Arte Sacra. E como você disse, a paróquia, o santuário hoje vem usando isso há muito tempo, e ele precisa de ter essa concessão para fazer edificações ali, e deixar o santuário mais bem aparelhado, basicamente seria isso aí, essa situação.” Não havendo mais oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. Usa da palavra o Senhor Presidente para esclarecer que o Projeto retornará a pauta da próxima Sessão Ordinária quando o projeto será apreciado em segundo turno. Continuando os trabalhos, com os Pareceres

verbais e favoráveis dos membros das Comissões de Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos, Turismo e Outras Atividades; Educação, Saúde e Assistência Social; e Bem-estar e Proteção da Vida Animal, entra em discussão de segundo turno, o Projeto de **Lei Complementar nº 352/20224**, Avulso nº 82/2024, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a Comunicação Eletrônica entre os servidores da Administração Tributária Municipal e o sujeito passivo dos tributos municipais por meio do Domicílio Tributário Eletrônico - DTE e dá outras providências. Com a palavra, o Senhor Presidente informa, que nos termos do inciso VII do artigo 199 do Regimento Interno, o Projeto necessita, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta dos Membros da Câmara, ou seja, seis (06) votos dos Edis presentes. Ainda com a palavra, o Senhor Presidente informa que o referido Projeto foi aprovado em primeira discussão e votação de primeiro turno na Sessão Ordinária do dia dois de setembro de dois mil e vinte e quatro. Não havendo oradores, o Projeto de Lei Complementar nº 352/2024 é colocado em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes no plenário. A seguir, nos termos do Artigo 205 do Regimento Interno desta Edilidade, o Senhor Presidente declara o Projeto de Lei Complementar nº 352/2024 **aprovado em Redação Final**. Continuando os trabalhos, com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das Comissões de Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos, Turismo e Outras Atividades; Educação, Saúde e Assistência Social; e Bem-estar e Proteção da Vida Animal, entra em discussão de segundo turno, o Projeto de **Lei Complementar nº 353/2024**, Avulso nº 83/2024, de autoria do Executivo, que dispõe sobre alteração de dispositivos da Lei Complementar nº 212, de 02 de outubro de 2018, que institui o Código Tributário Municipal da Estância Turística de Olímpia. Com a palavra, o Senhor Presidente informa, que nos termos do inciso VII do artigo 199 do Regimento Interno, o Projeto necessita, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta dos Membros da Câmara, ou seja, seis (06) votos dos Edis presentes. Ainda com a palavra, o Senhor Presidente informa que o referido Projeto foi aprovado em primeira discussão e votação de primeiro

turno na Sessão Ordinária do dia dois de setembro de 2024. Não havendo oradores, o Projeto de Lei Complementar nº 353/2024 é colocado em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes no plenário. A seguir, nos termos do Artigo 205 do Regimento Interno desta Edilidade, o Senhor Presidente declara o Projeto de Lei Complementar nº 353/2024 **aprovado em Redação Final**. Prosseguindo com os trabalhos, com a palavra o Senhor Presidente informa que será apreciada em primeiro turno o **Projeto de Lei Complementar nº 354/2024**. Esclarece ainda que o projeto necessita, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta dos Membros da Câmara, nos termos do inciso VII, do artigo 199, do Regimento Interno para a sua aprovação, ou seja, seis (06) votos dos Edis presentes. A seguir, é lido pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Parecer nº 82/2024**, de autoria da Comissão de Justiça e Redação, favorável à livre tramitação do **Projeto de Lei Complementar nº 354/2024**, avulso nº 92/2024, de autoria do Executivo, que dispõe sobre inserção de área que especifica no perímetro urbano do Município de Olímpia e dá outras providências. Com o Parecer favorável, o referido projeto é colocado em **primeira discussão**. Não havendo oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes em plenário. Usa da palavra o Senhor Presidente para esclarecer que o Projeto retornará a pauta da próxima Sessão Ordinária quando o projeto será apreciado em segundo turno. Dando continuidade aos trabalhos, com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das Comissões de Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos, Turismo e Outras Atividades; Educação, Saúde e Assistência Social; e Bem-estar e Proteção da Vida Animal, entra em **segunda discussão**, o **Projeto de Lei nº 6124/2024**, avulso nº 84/2024, de autoria do Executivo, que autoriza o Poder Executivo Municipal a adquirir bem imóvel através da desapropriação amigável e/ou judicial e dá outras providências. Com a palavra, o Senhor Presidente informa o Plenário que o Projeto necessita do voto favorável de dois terços dos Membros da Câmara, nos termos do inciso X, do artigo 200, do Regimento Interno, para a sua aprovação, ou seja, 07 (sete) votos. Ainda com a palavra, informa

que de acordo com o artigo 18, inciso I, alínea e, item 2 do Regimento Interno, o presidente tem direito a voto. Não havendo oradores, o Projeto de Lei nº 6124/2024 é colocado em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade. A seguir, nos termos do Artigo 206, do Regimento Interno desta Edilidade, o Senhor Presidente declara o Projeto **aprovado em Redação Final**. Prosseguindo com os trabalhos, em questão de ordem, a Vereadora Edna Marques da Silva solicita verbalmente que sejam apreciados em bloco os **Projetos de Lei nº 6125 e 6126/2024**, em **segunda discussão**. O Senhor Presidente submete o Pedido ao plenário. Realizada a votação constatou-se que o mesmo foi aprovado pela unanimidade dos Edis presentes. Salienta, porém, que as tramitações serão desmembradas em ata. Dando continuidade aos trabalhos, com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das Comissões de Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos, Turismo e Outras Atividades; Educação, Saúde e Assistência Social; e Bem-estar e Proteção da Vida Animal, entra em **segunda discussão**, o **Projeto de Lei nº 6125/2024**, avulso nº 85/2024, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a abertura de créditos especiais e suplementares. Não havendo oradores, o Projeto de Lei nº 6125/2024 é colocado em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade. A seguir, nos termos do Artigo 206, do Regimento Interno desta Edilidade, o Senhor Presidente declara o Projeto **aprovado em Redação Final**. Dando continuidade aos trabalhos, com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das Comissões de Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos, Turismo e Outras Atividades; Educação, Saúde e Assistência Social; e Bem-estar e Proteção da Vida Animal, entra em **segunda discussão**, o **Projeto de Lei nº 6126/2024**, avulso nº 86/2024, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a abertura de crédito suplementar. Não havendo oradores, o Projeto de Lei nº 6126/2024 é colocado em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade. A seguir, nos termos do Artigo 206, do Regimento Interno desta Edilidade, o Senhor Presidente declara o Projeto **aprovado em Redação Final**. Prosseguindo com os trabalhos, em questão de ordem, o Vereador Márcio Henrique Eiti Iquegami solicita verbalmente que

sejam apreciados em bloco os **Projetos de Lei nº 6083 e 6084/2024**, em **segunda discussão**. O Senhor Presidente submete o Pedido ao plenário. Realizada a votação constatou-se que o mesmo foi aprovado pela unanimidade dos Edis presentes. Salienta, porém, que as tramitações serão desmembradas em ata. Dando continuidade aos trabalhos, com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das Comissões de Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos, Turismo e Outras Atividades; Educação, Saúde e Assistência Social; e Bem-estar e Proteção da Vida Animal, entra em **segunda discussão**, o **Projeto de Lei nº 6083/2024**, avulso nº 31/2024, de autoria do Vereador José Roberto Pimenta, que dispõe sobre alteração de dispositivos da Lei nº 4.583, de 25 de fevereiro de 2021, que disciplina a exploração de serviço de transporte individual privado remunerado de passageiros, por meio de plataformas digitais gerenciadas por Provedoras de Redes de Compartilhamento - PROVER e dá outras providências. Usa da palavra o Vereador: **José Roberto Pimenta:** (sem revisão do orador: 19:08) "Considerando que nós conversamos com os responsáveis da GPCar e Decar, e eles fizeram um manifesto hoje também por escrito, qual chegou na Câmara através do requerimento de esclarecimento, pedindo nesse esclarecimento que tem alguns pontos mais importantes a ser tratado nesse projeto. Então eu venho pedir vista para que a gente possa reunir os vereadores com os representantes da GPCar e da Decar, para que a gente possa incluir outros pontos importantes do projeto em comum acordo, e aí sim, a gente está tranquilo para votar o projeto. Então por isso o pedido de vista. Eles protocolaram na Câmara Municipal, e com isso a gente pede vista para que seja esclarecido e melhorado esse projeto para que a gente possa votar de acordo com a necessidade dos aplicativos." Não havendo mais oradores, o Projeto de Lei nº 6083/2024 é colocado em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade. A seguir, nos termos do Artigo 206, do Regimento Interno desta Edilidade, o Senhor Presidente declara o Projeto **aprovado em Redação Final**. Dando continuidade aos trabalhos, com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das Comissões de Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos, Turismo e Outras Atividades;

Educação, Saúde e Assistência Social; e Bem-estar e Proteção da Vida Animal, entra em **segunda discussão**, o **Projeto de Lei nº 6084/2024**, avulso nº 32/2024, de autoria do Vereador José Roberto Pimenta, que dispõe sobre alteração de dispositivos da Lei nº 3.690, de 17 de maio de 2013, que dispõe sobre o exercício de atividade de transporte de passageiros por veículo de aluguel - táxi, no Município de Olímpia. Não havendo oradores, o Projeto de Lei nº 6084/2024 é colocado em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade. A seguir, nos termos do Artigo 206, do Regimento Interno desta Edilidade, o Senhor Presidente declara o Projeto **aprovado** em **Redação Final**. Dando continuidade aos trabalhos, é lido pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Parecer nº 79/2024**, de autoria da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, favorável à livre tramitação do **Projeto de Lei nº 6127/2024**, avulso nº 89/2024, de autoria do Vereador José Roberto Pimenta, que declara de utilidade pública a Associação Plenitude de Cultura, Apoio Educacional e Assistencial. Com o Parecer favorável, o referido projeto é colocado em **primeira discussão**. Usa da palavra o Vereador: **José Roberto Pimenta**: (sem revisão do orador: 19:21) "Inclusive estamos com o presidente da associação que se encontra no plenário. Associação que vem desenvolvendo um trabalho cultural, um trabalho musical na cidade, educacional e assistencial. Então, a gente pede o voto para os novos pares, para que a gente possa estar votando a utilidade pública com uma associação que já vem realizando um grande trabalho no município de Olímpia." Não havendo mais oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo regimentalmente **aprovado** pela unanimidade dos Edis presentes em plenário. Dando continuidade aos trabalhos, é lido pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Parecer nº 80/2024**, de autoria da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, favorável à livre tramitação do **Projeto de Lei nº 6129/2024**, avulso nº 93/2024, de autoria do Vereador Leandro Marcelo dos Santos, que declara de utilidade pública a Associação Amor Autista Déficit Neuroatípicos - AADN. Com o Parecer favorável, o referido projeto é colocado em **primeira discussão**. Usam da palavra os Vereadores: **Leandro Marcelo dos Santos**: (sem

revisão do orador: 19:23) "Quero aqui agradecer a todas as mães presentes, as mães atípicas, e a nossa presidente Cíntia, Cíntia Paneco, que tem lutado muito por essa Associação. E hoje é um momento muito importante, é o primeiro passo. Então que fique aqui o meu agradecimento aos nobres pares desta casa. E você, Cíntia, continue lutando junto com as mães atípicas e pode contar com esse vereador. Nós vamos longe, porque essa causa é uma causa muito séria e precisamos da atenção do político também. Então fica aqui o meu agradecimento aos nobres pares e parabéns à presidente, e às mães que estão presentes." **Edna Marques da Silva:** (sem revisão do orador: 19:24) "Senhor presidente, com certeza, votaremos sim essa utilidade pública, assim como votamos para o projeto anterior do José Cocão. Nós reconhecemos o trabalho que a Cíntia faz, o Marcelo e o Márcio, desde o início acompanhando a Cíntia. Eu também tenho alguns trabalhos em relação ao autista, que é a carteirinha do autista, a carteira de identidade, o (Barreira) [01:24:58] tem o colar de girassol. Então acredito que toda essa casa se empenhou para que projetos importantes fossem trabalhados em relação às famílias e também às crianças e adolescentes atípicos. Então com certeza, Marcelo, parabéns. Vamos votar sim para que essa associação possa receber recursos e ter mais dignidade para trabalhar." **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 19:25) "Parabéns, Marcelo. Eu acho que esse terceiro setor tem que ser sempre bem pensado pela municipalidade. Sabemos o trabalho que a Cíntia Paneco faz frente a essa associação. Estive com ela lado a lado também na implementação, implantação e realização da ecoterapia com as demais mães. Você realmente, Marcelo, está dando a essa associação, que é séria, a possibilidade dela poder caminhar com um pouco mais de tranquilidade. É isso que eu falo. O Poder Executivo, depois da sua certificação, certamente poderá lhe ajudar um pouco, viu Cíntia, no teu trabalho. Parabéns, Marcelo, mais uma vez." **Izabel Cristina Reale Thereza:** (sem revisão do orador: 19:26) "Parabéns, Marcelo, pelo projeto. Um projeto importante, fortalecer a Associação em nome da Cíntia. Quero cumprimentar todas as mães aqui presentes. Eu sei que é uma grande batalha, eu sei o quanto vocês lutam, mas vocês são muito unidas.

Então, meus parabéns pelo trabalho tão importante que é fortalecer, realmente, a Associação para que dê continuidade a esse trabalho, e que vocês têm feito com muita propriedade. Precisando, estamos sempre à disposição também. Pode contar conosco, em qualquer momento estamos para ajudar. Parabéns a todos que pertencem à associação. Deus abençoe.” **Fernando Roberto da Silva:** (sem revisão do orador: 19:27) “Quero parabenizar o Marcelo também, esse lindo projeto. Parabenizar a Cíntia, todas as mães que estão aqui. Parabéns pelo lindo trabalho que vocês realizam à frente da Associação. E tive o prazer também, em 2019, de trazer a lei do aspecto autista do âmbito federal para o âmbito municipal, onde já participamos em 2019 com a Caminhada Azul. E a gente fica muito feliz de ver as crianças com as famílias, e todos aqui também, à frente dessas leis, para trazer benefício a essas crianças, que é muito feliz também a gente estar aqui fazendo esse trabalho. Então, parabenizar aqui a todas as mães que estão aqui presentes. O Marcelo, para fazer a propositura desse projeto, e também a Cíntia, que está sempre à frente. Parabéns a todos.” Não havendo mais oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo regimentalmente **aprovado** pela unanimidade dos Edis presentes em plenário. Assume a presidência o Vereador Márcio Henrique Eiti Iquegami. Dando continuidade aos trabalhos, entra em deliberação, o **Projeto de Decreto Legislativo nº 688/2024**, avulso nº 90/2024, de autoria do Vereador Renato Barrera Sobrinho, que dispõe sobre a concessão do Prêmio “Mulher Destaque” à Ilustríssima Senhora Maria Clarice Porpeta Braga. Com o **Parecer nº 81/2024** favorável da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, o Senhor Presidente esclarece ao Plenário, que nos termos do artigo 200, Inciso VI, alínea C, do Regimento Interno, a proposição em referência necessita, para sua aprovação, do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, ou seja, sete (07) votos; motivo pelo qual, o Presidente tem direito a voto, conforme estabelece o artigo 18, Inciso I, alínea e, do Regimento Interno desta Edilidade. A seguir, por se tratar de matéria que deverá ser submetida à “discussão e votação única”, o Senhor Presidente solicita ainda, o Parecer verbal das seguintes Comissões: Finanças e Orçamento;

Obras, Serviços Públicos, Turismo e Outras Atividades; Educação, Saúde e Assistência Social; e Bem-estar e Proteção da Vida Animal. Com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das referidas Comissões, o Projeto é colocado em **discussão única**. Não havendo oradores, o Projeto Decreto Legislativo nº 688/2024 entra em **votação única**, sendo regimentalmente **aprovado** pela unanimidade dos Edis presentes em Plenário, ou seja, dez (10) votos. A seguir, nos termos do Artigo 206, do Regimento Interno desta Edilidade, o Senhor Presidente declara o Projeto **aprovado** em **Redação Final**. Reassume a presidência o Vereador Renato Barrera Sobrinho. A seguir, nos termos regimentais o Senhor Presidente informa que a próxima Sessão Ordinária será realizada no dia vinte e três de setembro de dois mil e vinte e quatro. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, "Sob a Proteção de Deus", declara encerrados os trabalhos da presente Sessão Ordinária. Do que, para constar, foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Mesa.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.